



13/02/2019 a 27/02/2019

Informe Cooperação Internacional - Edição 3/2019 PGR

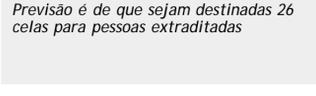
MP Português recorre de decisão que cancelou a ordem de extradição e arquivou processo referente a Raul Schmidt



COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

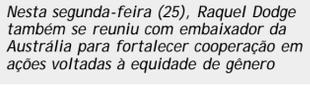
Paralelamente, escritório de advocacia que representa o Brasil em Portugal pediu que seja anulada a decisão que concedeu ao empresário nacionalidade portuguesa

MPF acompanha trabalho para destinação de celas a extraditados na Penitenciária Federal de Brasília



Previsão é de que sejam destinadas 26 celas para pessoas extraditadas

PGR e embaixador da Alemanha discutem parceria em projeto de proteção do meio ambiente e povos tradicionais



Nesta segunda-feira (25), Raquel Dodge também se reuniu com embaixador da Austrália para fortalecer cooperação em ações voltadas à equidade de gênero

DESTAQUES

MP Português recorre de decisão que cancelou a ordem de extradição e arquivou processo referente a Raul Schmidt



COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Paralelamente, escritório de advocacia que representa o Brasil em Portugal pediu que seja anulada a decisão que concedeu ao empresário nacionalidade portuguesa

A Procuradoria-Geral da República (PGR) foi informada que o Ministério Público português recorreu, nesta sexta-feira (15), ao Tribunal Constitucional da decisão que cancelou a ordem de extradição de Raul Schmidt e arquivou o processo. O recurso, que questiona a constitucionalidade do Habeas Corpus concedido pelo Supremo Tribunal de Justiça lusitano, foi protocolado pela procuradora-geral adjunta Maria José Morgado, indicada pela procuradora-geral da República portuguesa, Lucília Gago. No fim de janeiro, a PGR havia solicitado que o MP de Portugal recorresse dessa decisão.

No recurso, o MP português argumenta que o despacho determinando arquivamento foi proferido em Habeas Corpus (HC), sem levar em consideração o mérito do caso, o que contraria a legislação portuguesa. Maria José Morgado argumenta no pedido ao Tribunal Constitucional que, pela lei, o HC só pode ser concedido quando constatada alguma ilegalidade na prisão - como a sua manutenção por prazo superior ao fixado por lei ou decisão judicial - o que não aconteceu no caso de Schmidt.

Além disso, segundo a procuradora portuguesa, o HC extrapolou a sua finalidade legal de obter a libertação do réu, visto que anulou decisão já transitada em julgado que autorizava a extradição do empresário. No recurso ela sustenta ser flagrante a inconstitucionalidade da medida, visto que ela "contraria o artigo que delimita expressamente a providência do HC a prisão ou detenção ilegal".

Paralelamente, a República Federativa do Brasil, representada por escritório de advocacia português contratado pela Advocacia Geral da União (AGU), entrou com ação anulatória da nacionalidade portuguesa de Raul Schmidt perante o Tribunal Administrativo de Portugal. A PGR brasileira também pediu o apoio do MP português para intervir nesta ação. A avaliação é de que essas medidas abrem portas para que a PGR volte a pleitear a extradição do empresário, que teve prisão decretada no âmbito da Operação Lava Jato, em julho de 2016.

Saiba mais - Em setembro do ano passado, o MPF chegou a pedir que as ações penais contra Schmidt em andamento na 13ª Vara Federal de Curitiba, no Paraná, fossem transferidas para Portugal. No entanto, diante da possibilidade de cancelamento do ato que concedeu nacionalidade portuguesa a Raul Schmidt - o que permitiria a extradição - o MPF pediu a revogação do envio dos processos. No documento, o MPF alegou ainda que, naquele momento, estava pendente de julgamento o recurso apresentado ao STJ português. A 13ª Vara Federal de Curitiba aceitou o pedido, no início de dezembro, e revogou as decisões que autorizavam a transferência das ações para a Justiça de Portugal.

Raul Schmidt é investigado há pelo menos três anos no Brasil e teve a prisão decretada em julho de 2016. Ele foi preso em Portugal, em março do ano seguinte, na primeira fase internacional da Operação Lava Jato. A pedido do MPF, a extradição do brasileiro, solicitada logo após a sua prisão, foi determinada pelo Tribunal da Relação de Lisboa. Schmidt recorreu ao STJ de Portugal, que em setembro de 2017, confirmou a extradição. Entre novembro de 2017 e janeiro de 2018, o Tribunal Constitucional de Portugal (TCP) negou outros três recursos do acusado, tendo a decisão favorável a prisão transitada em julgado.

No entanto, em maio do ano passado, em novo recurso da defesa, o Tribunal da Relação de Lisboa determinou o cancelamento da ordem de extradição e arquivou o processo. Em seguida, o MP português e o escritório contratado para fazer a defesa do Brasil recorreram perante o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, com o objetivo de anular a decisão. No entanto, o pedido foi negado e os autos arquivados.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr
instagram.com/mpf_oficial
www.youtube.com/tvmpf

[Voltar ao topo](#)

MPF acompanha trabalho para destinação de celas a extraditados na Penitenciária Federal de Brasília



Previsão é de que sejam destinadas 26 celas para pessoas extraditadas

As providências para a inauguração de celas para a ala de extraditados na Penitenciária Federal de Brasília estão avançadas. A contratação foi feita pelo procurador Carlos Bruno Ferreira, secretário adjunto da Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República, que visitou o estabelecimento prisional nesta sexta-feira (15). Também participou da visita o magistrado de ligação da França no Brasil, Jean-Phillipe Rivaud. Os dois foram recebidos pelo diretor do Sistema Penitenciário Nacional (Depen), Marcelo Stona.

Durante a visita, foi revelada a previsão de que 26 celas sejam destinadas para os extraditados. Carlos Bruno e Jean-Phillipe verificaram as instalações e concluíram que a estrutura é adequada e respeita os direitos dos detentos. As celas de uma penitenciária são individuais e contam com dormitório, sanitário, pia, chuveiro, mesa e assento. Os diretores mostraram ainda um espaço destinado à videoconferência para oitivas judiciais que permite o contato do preso com familiares de outras cidades ou estados. Inaugurado em outubro do ano passado, o presídio tem capacidade para 208 presos e, atualmente, dez pessoas estão encarceradas no local.

"A visita demonstra que os Ministérios Públicos do Brasil e da França se preocupam com a questão carcerária no Brasil. Também queremos que os criminosos condenados pela Justiça brasileira possam ser extraditados para o país", destacou Carlos Bruno. Um dos principais entraves à extradição de brasileiros presos em outros países é a relutância das autoridades estrangeiras em transferir-los, em razão das condições dos presídios brasileiros. Antes de deferir a extradição, muitos países exigem que o Brasil comprove o cumprimento de garantias previstas em tratados internacionais de direitos humanos. O procurador ressalta, ainda, a importância de o Brasil aderir à Convenção de Estrasburgo da União Europeia, para facilitar a transferência de presos brasileiros encarcerados no exterior, para o Brasil.

Saiba mais - Segundo a Secretaria de Cooperação Internacional (SCI), há certa preocupação por parte dos Estados europeus, pelo receio de serem responsabilizados junto à Corte Europeia de Direitos Humanos, caso as pessoas extraditadas ao Brasil sofram aqui violação de seus direitos fundamentais. Com a nova estrutura, será possível garantir tanto a prisão de investigados, quanto o cumprimento de pena de pessoas já condenadas. A adequação da nova estrutura foi tema de diversas reuniões realizadas entre representantes do Depen e do MPF, por meio da Secretaria de Cooperação Internacional e da Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional (7CCR).

Atualmente, para cada extradição, o Brasil deve comprovar o cumprimento de garantias internacionais, o que resulta em um procedimento bastante oneroso pelos aspectos técnicos envolvidos, como a necessidade de tradução de documentos. Além disso, o processo exige a atuação célere e articulada de vários órgãos (MPF, Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores), devido aos prazos concedidos pelos Estados. A ala para extraditados poderá tornar o trâmite mais célere.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr
instagram.com/mpf_oficial
www.youtube.com/tvmpf

[Voltar ao topo](#)

PGR e embaixador da Alemanha discutem parceria em projeto de proteção do meio ambiente e povos tradicionais



Nesta segunda-feira (25), Raquel Dodge também se reuniu com embaixador da Austrália para fortalecer cooperação em ações voltadas à equidade de gênero

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se reuniu, nesta segunda-feira (25), com os embaixadores da Alemanha e da Austrália no Brasil, Georg Witschel e Timothy Kane, respectivamente, para tratar do fortalecimento da cooperação com esses países. Com a Alemanha, o MPF estuda uma parceria para o desenvolvimento de ferramentas de geoprocessamento que vai auxiliar os procuradores em investigações relacionadas à proteção do meio ambiente e aos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Com o representante da Austrália, a PGR tratou de projetos relacionados à equidade de gênero.

No encontro, Georg Witschel ressaltou o interesse do governo alemão em apoiar iniciativas voltadas à proteção de populações indígenas e dos recursos naturais brasileiros. A ideia é que o país coopere com o MPF e com outros órgãos brasileiros, na execução do projeto que busca, a partir do uso de tecnologias de georreferenciamento, fazer um amplo mapeamento de territórios preservados, de comunidades tradicionais e de ativos ambientais brasileiros. O secretário de Perícia, Pesquisa e Análise (Sppea), Pablo Barreto, e a secretária adjunta de Cooperação Internacional (SCI) Denise Abade também participaram do encontro.

Segundo Pablo Barreto, o projeto, realizado em conjunto pela Sppea e a Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6CCR) do MPF, busca reunir em uma só plataforma digital georreferenciada informações socioambientais que hoje estão espalhadas em diversos bancos de dados de instituições públicas brasileiras. "Esse projeto terá uma contribuição decisiva para o aperfeiçoamento dos trabalhos periciais do MPF, notadamente nas áreas de meio ambiente e antropologia", explica o secretário. Além disso, a ferramenta poderá servir de base para a definição de políticas públicas voltadas à preservação ambiental e à garantia dos direitos fundamentais, prioridades do MPF.



Equidade de gênero - Em visita à PGR, o embaixador da Austrália manifestou o interesse do país em cooperar com o MPF brasileiro em projetos relacionados à equidade de gênero, empoderamento feminino e combate à violência contra as mulheres. Raquel Dodge lembrou que, em junho de 2018, foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Procuradoras da República, que resultou na aprovação de 49 propostas sobre promoção de equidade de gênero na carreira e a necessidade de o tema permear todas as áreas de atuação do MPF, inclusive no âmbito internacional

Como fruto desse evento, até junho deste ano, serão realizados cinco encontros nas diferentes regiões do Brasil, com o objetivo de traçar um diagnóstico da representatividade feminina no sistema de Justiça brasileiro. A iniciativa é resultado da parceria entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Delegação da União Europeia no Brasil. O primeiro encontro foi realizado no último final de semana em Manaus (AM).

O projeto está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável que integram a agenda 2030 da ONU, especialmente o Objetivo 5, que visa estabelecer a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas. Raquel Dodge convidou o embaixador australiano para participar da próxima edição do projeto, que será realizada em Salvador, nos dias 29 e 30 de março. Timothy Kane também se colocou à disposição do MPF para indicar especialistas na matéria que possam compartilhar as boas práticas desenvolvidas no país para garantir igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e combater a violência doméstica. Para a PGR, esse intercâmbio de experiências e a cooperação internacional são fundamentais para o enfrentamento do tema, visto que trata-se de um desafio não apenas do Brasil, mas comum a vários países. A secretária adjunta da SCI também acompanhou a reunião.

[Voltar ao topo](#)

SECRETARIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

www.mpf.mp.br • pgr-internacional@mpf.mp.br

Tel.: (61) 3105-5820

Boletim produzido pela Secretaria de Comunicação Social

MPF
Ministério Público Federal